

Estudo de Impacte Ambiental (Relatório Síntese)	NNAIA - 1202
IP2 - Variante Nascente de Évora	Designação
<p>Otilia Batista Freire (Arquiteta Paisagista), coordenação; Catarina Dias Pereira (Arquiteta Paisagista), coordenação; João Meira, geologia e geomorfologia; Catarina Dias Pereira (Arquiteta Paisagista), geologia e geomorfologia; Ramiro Samouco (Eng.º Agrónomo), solos e ocupação atual do solo; Catarina Dias Pereira (Arquiteta Paisagista), clima; Francisco Negrão (Eng.º Ambiente), recursos hídricos; Susana Carvalho (Eng.º Ambiente), qualidade da água; Vítor Vieira (Eng.º Ambiente), qualidade do ar; Gonçalo Palma Ruivo (Engenheiro), ambiente sonoro; Marta Maymone, sistemas ecológicos; Isabel Pinto, sistemas ecológicos; Joana Dias Pereira (Arqueóloga), património cultural; Pedro Ventura (Arqueólogo), património cultural; Otilia Batista Freire (Arquiteta Paisagista), paisagem; Catarina Dias Pereira (Arquiteta Paisagista), paisagem; Fátima Direitinho (Engenheira), planeamento e gestão do território e componente social; Rita Silva (Eng.ª do Ambiente), apoio técnico; Susana Carvalho (Eng.ª do Ambiente), apoio técnico; José Carlos Almeida Torres, apoio de desenho; Helena Neves Proença, processamento de texto; Ana Isabel Correia, processamento de texto.</p>	Equipa técnica
<p>Decreto-lei n.º 69/2000, de 3 de maio Portaria n.º 330/01, de 2 de abril</p>	Enquadramento Legal
<p>O projeto tem início no Nó Nascente de Évora da A6 (IP7) e final no Nó do Ramal do IP2 (EN18/EN256), desenvolvendo-se integralmente no concelho de Évora, freguesias de Senhora da Saúde, Nossa Senhora de Machede, Horta das Figueiras e São Manços.</p>	Localização
<p>O projeto tem a finalidade de desviar da cidade de Évora o tráfego rodoviário nacional e regional que circula entre o corredor da A6/IP/ e o IP2 a sul.</p>	Finalidade
<p>A variante em estudo apresenta uma orientação geral noroeste/sudeste, tendo sido admitidas quatro soluções – Solução 1, 2, 2.1 e 2.2 – e três alternativas – Alternativa A, B e C, com extensões variáveis entre cerca de 19,5 e 22,1 kms:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Solução 1</u> (com 20.775 m de extensão) trata-se de um eixo rodoviário novo em toda a sua extensão; - <u>Solução 2</u> (com 20.645 m de extensão) aproveitamento de alguns troços de estrada existente, nomeadamente da EN 18, procedendo-se à sua adaptação através de alargamentos laterais; - <u>Soluções 2.1 e 2.2 e Alternativas A e B</u> – apoiam partes dos seus traçados sobre as Soluções 1 e 2, em especial sobre esta última, consistindo em alternativas que articulam a primeira com a segunda em zonas intermédias dos seus traçados: <ul style="list-style-type: none"> Solução 2.1 (Solução 1 + Solução 2.1 + Solução 2, com 21.297 m de extensão); Solução 2.2 (Solução 1 + Solução 2.2 + Solução 2, com 22.124 m de extensão); Alternativa A (Solução 1+ Alternativa A+ Solução 2, com 19.571 m de extensão); Alternativa B (Solução 1+Alternativa B+Solução 2, com 19.989 m de extensão). - <u>Alternativa C</u> (Solução 2+Alternativa C+ Solução 2, com 21.171 m) – 	Características do projeto

<p>esta alternativa identifica grande parte do seu corredor sobre o da Solução 2 tomando a forma de uma verdadeira alternativa apenas na parte intermédia da solução definindo um corredor de traçado mais agarrado ao perímetro urbano da cidade de Évora.</p>	
<p><i>Descritor património arquitetónico e arqueológico</i></p>	
<p>O descritor refere que no âmbito dos trabalhos foi definido um corredor de 500 metros para cada lado do eixo do traçado das diferentes soluções e alternativas em análise, sobre o qual foram identificados os elementos com interesse patrimonial existentes, recorrendo-se para o efeito à consulta das bases de dados – <i>Endovélico</i> e <i>Thesaurus</i> – consulta de entidades oficiais que pudessem fornecer informações úteis ao estudo – C.M. de Évora, IPA, DGOTDU – contacto com investigadores com projetos na área em estudo – Doutor Manuel Calado.</p> <p>Procedeu-se ao reconhecimento (prospecção seletiva) dos traçados na área delimitada (500 m para cada um dos lados dos traçados em estudo) que permitiu relocalizar os elementos patrimoniais anteriormente localizados e localizar novos elementos patrimoniais.</p> <p>No âmbito dos trabalhos foram identificadas 59 ocorrências de interesse patrimonial, 40 das quais foram identificadas/relocalizadas no decurso do trabalho de campo.</p> <p>Os elementos patrimoniais identificados foram cartografados à escala 1:25 000 e 1:5 000.</p>	<p>Caracterização da situação de referência</p>
<p>Apesar da metodologia referir que a análise dos impactes seguiu os critérios propostos por José Manuel Mascarenhas, Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva, apenas são apresentados os critérios referentes ao tipo de impacte.</p> <p>Foram considerados os impactes diretos (destruição do elemento patrimonial) e indiretos (alteração do seu contexto primitivo) sobre os elementos patrimoniais identificados <i>in situ</i>, mas também as ocorrências observadas durante a pesquisa bibliográfica, que embora se tenham revelado estéreis no terreno, poderão indiciar vestígios arqueológicos ao nível do subsolo.</p> <p>Do ponto de vista do Património Cultural a Solução 1 e a Alternativa A são as que determinarão um menor número de impactes.</p>	<p>Identificação de impactes</p>
<p>Na preconização de medidas de minimização teve-se em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de destruição do elemento patrimonial no caso de ser intercetado pela Solução/Alternativa; - Possibilidade de degradação/destruição do elemento patrimonial devido à circulação de maquinaria e pessoal afeto à obra; - Possibilidade de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a existência de achados de superfície, ou notícia da sua existência; - Eventualidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a notícia de um achado isolado ou de um monumento já destruído. <p>Preconiza-se a prospecção sistemática do traçado selecionado na fase de projeto de execução, a prospecção dos locais de empréstimo, escavação,</p>	<p>Medidas de minimização</p>

<p>acessos à obra e locais de estaleiros, bem como o acompanhamento das obras por um arqueólogo durante a decapagem, a desmatação e todas as fases que impliquem movimentação de solos.</p> <p>São preconizadas medidas de minimização específicas que passam pela:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alteração do layout e se impossível sondagens arqueológicas (oc. 1, 2, 4, 21, 22, 40); - Vedação dos elementos durante a obra e inserção paisagística da via (oc. 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 16, 25, 37); - Registo e sondagens arqueológicas (oc. 10) - Ripagem do traçado e se impossível prospeção sistemática e vedação da área (oc. 14, 32); - Prospeção sistemática em malha apertada (oc. 27, 33); - Registo e sondagens arqueológicas (oc. 30, 31). <p>São, igualmente, propostas medidas de minimização para elementos localizados apenas com base em referências bibliográficas.</p>	
<p>Apesar de terem sido numeradas 40 ocorrências patrimoniais em trabalho de campo, as fichas agrupam algumas ocorrências resultando em 37 fichas Access.</p>	<p>Anotações</p>

Resumo Não Técnico

<p><i>“No que refere ao património cultural identificou-se através da pesquisa bibliográfica 59 elementos patrimoniais, na sua quase totalidade relocados durante a prospeção do terreno (40 dos elementos foram identificados in situ). Estes em virtude da sua localização, poderão condicionar as opções que se possam tomar no que diz respeito ao traçado final destacando-se abundantes vestígios de ocupação romana e medieval.</i></p> <p><i>A sua importância exige a tomada de medidas de minimização que salvaguardem a totalidade da informação que vestígios deste tipo oferecem (...) do ponto de vista do Património Cultural, a Solução 1 e a Alternativa A são as que determinarão um menor número de impactes negativos.”</i> (pág. 17)</p>	<p>Património arquitetónico e arqueológico</p>
---	--

Relatório da Consulta Pública

<p>A Consulta do Público decorreu durante 45 dias úteis, entre 9 de agosto e 11 de outubro de 2004.</p>	<p>Período</p>
<p>No âmbito da Consulta do Público foram recebidos 17 pareceres:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Câmara Municipal de Évora; - Junta de Freguesia da Senhora da Saúde; - Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede - Liga para a Proteção da Natureza; - Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens; - Centro de Estudos da Avifauna Ibérica; - Sete cidadãos; - Rede Elétrica Nacional; - Autoridade Nacional de Comunicações; 	<p>Pareceres</p>

<ul style="list-style-type: none"> - IDRHa - REFER 	
<p>Um dos cidadãos refere que a escolha da Solução 2.2 apresenta várias desvantagens entre as quais a afetação de património arqueológico ainda não estudado.</p> <p>O proprietário da Herdade do Vale Melhorado considera que a escolha da Solução 2, alternativa C poderá afetar o património arqueológico existente na sua herdade.</p>	<p>Conteúdos</p>

Parecer da Comissão de Avaliação

<p>Eng.^a Fernanda Almeida - Instituto do Ambiente; Eng.^o Augusto Serrano - Instituto do Ambiente; Eng. Patrícia Neto - Instituto do Ambiente; Dr. António Bruxelas - Instituto de Conservação da Natureza; Arqta. Cristina Salgueiro - CCDR Alentejo; Dra. Alexandra Estorninho - Instituto Português de Arqueologia; Eng.^a Ana Telhado - Instituto da Água</p>	<p>Entidades e representantes</p>
<p>A CA emite parecer FAVORÁVEL à Solução 2.2, CONDICIONADO às medidas de minimização constantes do parecer, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prospeção arqueológica sistemática do corredor selecionado que deverá ser realizado na fase anterior ao Projeto de Execução para que seja possível adequar o traçado de forma a minimizar efetivamente possíveis afetações no património arqueológico; - O acompanhamento arqueológico da obra, de todas as ações que impliquem revolvimento de terras. Este deverá ser efetuado por um arqueólogo, por frente de trabalho, quando as ações inerentes à implementação do projeto não sejam sequenciais mas sim simultâneas; - Para as ocorrências patrimoniais 1, 2, 4, 20 e 40 não faz sentido proceder em primeiro lugar à ripagem do traçado uma vez que estamos perante locais onde se verifica a existência de materiais arqueológicos à superfície, desconhecendo-se os seus limites e tipo de sítio. Deverão realizar-se sondagens de caracterização das ocorrências situadas no corredor selecionado, previamente ao projeto de execução, de modo a delimitar os sítios e proceder à implementação do traçado definitivo; - Relativamente às ocorrências patrimoniais identificadas apenas com base em referências bibliográficas (assinaladas com uma letra) situadas no corredor selecionado, deverá proceder-se à prospeção cuidada de forma a confirmar a sua existência, e proceder à sua delimitação e caracterização. - Todos os trabalhos arqueológicos a realizar deverão ser autorizados pelo IPA e os respetivos relatórios entregues para avaliação para que após a sua aprovação sejam incluídos no RECAPE. 	<p>Conteúdos</p>

Declaração de Impacte Ambiental

Emite parecer FAVORÁVEL à Solução 2.2, CONDICIONADO:

- A que o troço do IP2, compreendido entre o Km 13+500 e o km 20+00, coincida com a EN18, a fim de se minimizar o duplo efeito de barreira que seria criado com a construção das duas referidas vias rodoviárias.

- Ao cumprimento das condições e termos constantes do Anexo à presente declaração de Impacte Ambiental (DIA):

Deve ser efetuada prospeção arqueológica sistemática do corredor selecionado que deverá ser realizado na fase anterior ao Projeto de Execução para que seja possível adequar o traçado de forma a minimizar efetivamente possíveis afetações no património arqueológico;

Deve ser efetuada prospeção arqueológica sistemática das áreas de estaleiros, áreas de empréstimo, áreas de depósito de materiais e outras áreas funcionais da obra que não tenham sido prospetadas nesta fase de avaliação;

Devem realizar-se sondagens de caracterização nas ocorrências situadas no corredor selecionado, previamente ao Projeto de Execução, de forma a permitir caracterizar e delimitar os sítios e, tendo em conta os dados obtidos, proceder à implantação do traçado definitivo;

Relativamente às ocorrências patrimoniais identificadas apenas com base em referências bibliográficas situadas no corredor selecionado – A, B, C, E, K, N e S, deve proceder-se à prospeção cuidada de forma a confirmar a sua existência, e proceder à sua delimitação e caracterização. Face aos resultados obtidos devem ser tomadas as medidas de minimização adequadas.

Todos os trabalhos arqueológicos a realizar deverão ser autorizados pelo IPA e os respetivos relatórios entregues para avaliação para que após a sua aprovação sejam incluídos no RECAPE.

Conteúdo

Bibliografia

ARQPAIS (2004) – *Estudo de Impacte Ambiental do IP2 Variante Nascente de Évora. Estudo Prévio*. 4 Vol. Acessível no Centro de Documentação e Informação da Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.

ARQPAIS (2004) – *Resumo Não Técnico do IP2 Variante Nascente de Évora. Estudo Prévio*. 24 p. Acessível no Centro de Documentação e Informação da Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.

INSTITUTO DO AMBIENTE (2004) – *Parecer da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto IP2 – variante Nascente de Évora. Estudo Prévio*. 34 p. Acessível no Centro de Documentação e Informação da Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.

Documentação

INSTITUTO DO AMBIENTE (2004) – *Relatório de Consulta Pública da IP2 – Variante Nascente de Évora*. 10 p. Acessível no Centro de Documentação e Informação da Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO (2005) – *Declaração de Impacte Ambiental do Projeto “IP2-Variante Nascente de Évora” (Estudo Prévio)*. 15 p. Acessível no Centro de Documentação e Informação da Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.